**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII GUANAMBI–BA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**LIDIARA RAMOS DA SILVA**

**FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI: ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO**

**GUANAMBI**

**2018**

**LIDIARA RAMOS DA SILVA**

**FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI: ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XII Guanambi.

Orientadora: Prof.ª Ma. Jany Rodrigues Prado

**GUANAMBI**

**2018**

**LIDIARA RAMOS DA SILVA**

**FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI: ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO**

.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof.ª Ma. Jany Rodrigues Prado - Orientadora

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof.ª Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - Banca Examinadora

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Prof.ª Ma. Priscila Teixeira Silva - Banca Examinadora

**AGRADECIMENTO**

É com sentimento de dever cumprido que agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram desta conquista, compartilhando dessa imensa alegria. Primeiramente, meu agradecimento ao nosso criador, pois se até aqui cheguei foi por que ele me sustentou.

Agradeço imensamente a minha família, em especial a meu pai Albertino e minha mãe Maria Dirce, pelas pedras retiradas para que meus caminhos fossem trilhados. As minhas irmãs em especial, a Yara (por minhas idas e vindas custear), a Jaciara, Ysnara e a meu irmão Alberto, que em minhas conquistas ou derrotas posso contar.

Meus sinceros agradecimentos a meu filho Rhuan que a cada dia renova minhas esperanças de meus objetivos alcançar. Aos meus sobrinhos Guilherme, Aniele, Maria Luísa, Luiz Alberto, Heloísa e João Pedro por meus dias alegrar.

Agradeço também, ao meu primo e amigo Odair e sua companheira Manuela por ao meu lado sempre estarem. A minha tia Jucelia (Jú) por livros me emprestar e na torcida ficar.

À Leila pelos belos exemplos de comprometimento que dela vou-me exemplar, e ao me estender a mão sempre que precisar. Às professoras entrevistadas ao darem um sentido real a minha pesquisa, ao colaborarem.

Agradeço ainda, aos coordenadores do curso, Domingos (que com sua garra e café nos manteve de pé) e a Eugênia por essa especialização me proporcionar. Aos professores colaboradores que me regaram de conhecimento, esperança e fé. A professora Priscila, em destaque, que para mim se configura como um símbolo de inteligência e carisma, tornando um belo exemplo para seguir. Sou grata também, a minha querida orientadora Jany Prado, por me apontar a direção exata para até aqui poder chegar.

Especialmente agradeço a três colegas e, sem dúvidas nenhuma, minhas eternas companheiras: Adeilma, que atenta aos conteúdos e trabalhos sempre me socorreu, Daniela (Dany), com sua meiguice, doçura e carona também me valeu, Roselane (Rose) sempre impecável e exuberante cobrava de mim, que atenção prestasse. Sou infinitamente grata pelas várias risadas descontroladas e radiantemente por apoiarmos umas às outras.

Aos demais colegas por fazerem parte da mesma jornada, pelas lembranças das aulas, comentários, elogios e até mesmo pelas broncas exageradas.

Impossível esquecer-me de agradecer às monitoras da ciranda, que foram presença constante para permitir que as mães estudassem bastante, sem se preocupar com as crianças.

Desses momentos levo comigo certezas, inquietações, aprendizagem e muita gratidão.

A todos, meu muitíssimo obrigada!

“Será indispensável alterar a organização das escolas, interrogar práticas educativas dominantes. É urgente interferir humanamente no íntimo das comunidades humanas, questionar convicções e, fraternalmente, incomodar os acomodados.”

(José Pacheco)

**RESUMO**

Esta pesquisa discorre sobre a formação docente oferecida pela Secretaria de Educação de Guanambi aos professores que lecionam em espaço urbano para alunos do campo do Ensino Fundamental I, no contexto das escolas municipais de Guanambi-Ba, afim de analisar o plano Municipal de Educação, observando como e quando a formação docente acontece e para conhecer como são organizados os momentos formativos para docentes que atuam com alunos do campo na rede municipal de ensino de Guanambi. Perpassando pelas esferas históricas e políticas da Educação do Campo, a pesquisa comungou de pensamentos de teóricos da educação que contrapõem à ideia de urbanização das escolas do campo, e do ponto de vista de professoras que fazem parte do quadro de docentes do ensino fundamental I, da rede municipal de ensino de Guanambi. Utilizando a análise documental e entrevista semiestruturada para o desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, o presente estudo visa relatar que a formação docente oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Guanambi não contempla a Educação do Campo por ser uma formação que promove à lógica “urbanocêntrica”, já que é a mesma para docentes que lecionam para alunos do campo e da cidade, por isso, não atende às especificidades do povo campesino.

**Palavras-chaves:** Formação docente. Educação do Campo. Plano Municipal de Educação.

**ABSTRACT**

This research deals with the teaching training provided by the Guanambi Education Department to teachers who teach in urban space to students in the field of Elementary Education I, in the context of municipal schools in Guanambi-BA, in order to analyze the Municipal Education Plan, observing how and when the teacher training happens and to know how are organized the formative moments for teachers who works with students of the field in the municipal network teaching of Guanambi. Passing through the historical and political spheres of Field Education, the research shared the thoughts of education theorists who oppose the idea of urbanization of rural schools and from the point of view of teachers who are part of the teaching staff of elementary school I, of the Guanambi municipal school network. Using the documentary analysis and semi-structured interview for the development of the research. In this sense, the present study aims to report that the teacher training offered by the Guanambi Municipal Education Department does not contemplate the Field Education because it is a training that promotes the "urbanocentric" logic, since it is the same for teachers who teach to students of the countryside and city, therefore, does not meet the specifics of the peasant people.

**Key-words:** Teacher training. Field Education. Municipal Plan of Education.

**LISTA DE SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CBAR – Comissão Brasileira – Americana de Educação das Populações Rurais

CETEP – Centro de Treinamento Pedagógico

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEC – Licenciatura em Educação do Campo

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PME – Plano Municipal de Educação

PT – Partido dos Trabalhadores

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

**SUMÁRIO**

**1. Introdução...................................................................................................................................9**

**2. A Educação do Campo: breve histórico...........................................................................11**

**3. Marcos Normativos**: **a regulamentação da Educação do Campo...................................13**

**4. Formação Docente: a ressignificação das escolas do Campo..........................................16**

**4.1. A Formação Docente no Plano Municipal de Educação de Guanambi................19**

**4.2. Formação Docente no Município de Guanambi: como e quando acontece..........22**

**5. Considerações finais............................................................................................................24**

**6. Referências...........................................................................................................................26**

**1. Introdução**

O interesse em discutir a temática: Formação de docentes que atuam com alunos do campo em espaço urbano, surgiu da necessidade e dificuldade em lecionar para alunos do campo que estudam em espaço urbano, especificamente em uma escola do município Guanambi-Ba da rede municipal de ensino, onde lecionei de 2014 a 2017, período que me trouxe bastante inquietação, que me levou a buscar uma especialização para proporcionar aos alunos do campo uma concepção de educação que atenda as suas especificidades, para que suas raízes e realidade sejam aproveitadas e valorizadas pela escola.

Fiquei muito realizada com a oportunidade de cursar a Pós- Graduação em Educação do Campo, oferecida pela UNEB (Campus XII), em que tive o privilégio de pesquisar e compreender o processo formativo dos docentes que atuam com alunos do campo em Escolas Municipais de Guanambi- Bahia.

Essa experiência reafirmou o desejo em compreender melhor a formação dos docentes que atuam com alunos do campo em espaço urbano e a partir desse contexto surgiram as primeiras questões norteadoras deste estudo: O Plano Municipal de Educação de Guanambi faz referência à formação de docentes que atuam com alunos do campo? Como são organizados os momentos formativos para docentes que atuam com alunos do campo na rede municipal de ensino de Guanambi? Essas questões foram o ponto de partida para delinear o problema da pesquisa que conduz a discussão deste artigo: Que formação o município de Guanambi oferece aos docentes que atuam com alunos do campo, considerando o desafio de lidar com tais sujeitos em espaço urbano? Assim, com base na definição do problema de pesquisa, apresento o objetivo geral: Compreender o processo formativo oferecido aos docentes que atuam com alunos do campo em escolas públicas municipais de Guanambi. Para tanto, configuram - se como objetivos específicos: Analisar o plano Municipal de Educação de Guanambi, observando como e quando a formação docente acontece. Conhecer como são organizados os momentos formativos para os docentes que atuam com alunos do campo na rede municipal de ensino de Guanambi.

Algumas leituras e reflexões me possibilitaram perceber o quanto é fundamental uma formação inicial e continuada para uma maior aproximação da realidade em proporcionar aos alunos do campo uma educação de qualidade significativa, sem separá-los de sua origem.

A Educação do Campo vem sendo pauta em diversas áreas e discutida por vários autores (SANTOS, 2008; CALDART, 2002, 2004ª, 2004b, 2008; MOLINA, 2008; e assim por diante), como modalidade essencial para que os sujeitos do campo recebam uma educação significativa, partindo da realidade do campo e valorizando suas potencialidades em projetos que ampliem seu futuro e lhes permitam participar e usufruir de seus direitos políticos, sociais e econômicos.

O propósito deste trabalho de investigação, tendo como suporte a análise documental e a entrevista semiestruturada com referenciais em Ludke e André (1986) e Minayo (2001), foi o de analisar o Plano Municipal de Educação 2015/2025 de Guanambi na perspectiva de obter informações de como e quando há formação voltada para docentes que atuam com alunos do campo acontece.

O campo de pesquisa escolhido foi Guanambi- Bahia, e para tal escolhi uma escola da rede municipal de ensino deste município que possui 314 alunos, distribuídos em dois turnos: 180 no matutino, sendo 87 deles do campo em espaço urbano, e 134 no vespertino. Assim como o docente é parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem, a pesquisa contou com a participação de duas (02) professoras lotadas na escola referida acima, que lecionam no Ensino Fundamental I, ambas trabalham quarenta (40) horas, atuam no turno matutino com alunos do campo e à tarde com alunos oriundos da cidade. A escolha das docentes colaboradoras da pesquisa se deu levando em consideração o tempo de serviço na escola que lecionam atualmente (uma com muito tempo de serviço) e (a outra com pouco tempo serviço) e outro critério, foi que ambas atuassem com alunos do campo (uma graduada em Pedagogia, especializada em Alfabetização e Letramento, com 25 anos de experiência, sendo 20 anos como professora nessa instituição) e a (outra lecionando há 18 anos, com atuação na referida escola há 3 anos, após aprovação no concurso público de 2015), ambas lecionam para alunos do campo, com o objetivo de conhecer o ponto de vista dessas docentes a respeito dos momentos formativos e como eles são organizados. As docentes participantes da pesquisa permitiram que a entrevista fosse gravada, logo após fiz a transcrição das falas para destacar o ponto de vista delas em relação Educação do Campo e à formação docente.

Foi garantido aos sujeitos da pesquisa, que são as professoras pesquisadas, que após a analise dos dados, teriam seus nomes ocultos, e por este motivo seriam utilizados nomes que garantissem seu anonimato, referidas na pesquisa com nomes criados para identificá-las, professora 1 (p.1) e professora 2 (p.2), a fim de preservar sua identidade. O processo de inserção nesta pesquisa, por parte dos professores foi voluntária e se deu por adesão. Após serem informados sobre os objetivos e os procedimentos da investigação, cada um deles assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponível no apêndice A), confirmando sua participação, o roteiro da entrevista (disponível no apêndice B).

A presente pesquisa está fundamentada em uma epistemologia qualitativa, tendo como método a pesquisa documental, “procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDAN, 2009. p.5). Para se entender a natureza de um fenômeno social, e se tratando de um tema complexo, é indispensável à abordagem qualitativa que possibilita sempre comparar e analisar documentos que se constituem de forma original, fixa e valiosa na pesquisa, refletindo e interpretando com auxílio da teoria estudada.

Sobre a entrevista, Ludke e André afirmam que “[...] representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados [...]” (1986, p.33), pois possibilita que o entrevistador obtenha com mais eficácia as informações que se deseja. Com base nisso, este instrumento foi muito significativo para a produção desta pesquisa já que possibilitou um maior envolvimento no fenômeno educativo.

Este artigo é composto por essa sessão introdutória, na qual discorro acerca dos objetivos traçados, justifico meu estudo e abordo os caminhos metodológicos para a realização deste trabalho. Logo após, teço uma discussão teórica em 5 (cinco) sessões, nas quais dialogo com os autores as proposições feitas em nossos objetivos específicos. Na última sessão, apresento algumas considerações finais.

**2. A Educação do Campo: breve histórico**

Em 1920 surgiu à preocupação e a necessidade de sistematizar o ensino no campo. Com a industrialização e o movimento migratório os trabalhadores foram atraídos para a cidade, e nesse momento foi registrado o primeiro movimento da educação dos camponeses, mais conhecido como Ruralismo Pedagógico (1930- 1940), voltado para a modernização do campo, tinha o apoio dos latifundiários que estavam preocupados em perder a mão de obra barata e da elite urbana que se inquietavam pela migração dos camponeses para a cidade, interessados em defender seus próprios interesses. (SANTOS, 2013)

A IV Conferência Nacional de Educação, em 1931 teve como discussão as diretrizes da educação no Brasil. Já em 1933, começou à campanha de alfabetização na zona rural, ocorrendo o I Congresso Nacional do Ensino Regional no ano de 1935, seguido de uma contribuição para a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural em 1937. Já a criação da Comissão Brasileira – Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), dirigida pelo Ministério de Agricultura, aconteceu em 1953. Logo após, a campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA) foram criados a partir de um tratado de cooperação técnica entre Brasil e EUA. Ainda nesse período o calor das lutas camponesas no Brasil sofreu maior influência com o movimento das Ligas Camponesas, e coincidentemente o Movimento de Educação de Base (MEB) pautado nas ideias de Paulo Freire fortalecendo assim o movimento de educação popular.

No período da Ditadura Militar em contraposição aos movimentos de educação popular citados acima, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi implantado pelo governo com o intuito de substituir a permanência da população camponesa no campo, pelo projeto de expulsão, dando ênfase ao processo de modernização agrícola em prol do capitalismo, com a suposição de que se o campesinato estivesse fadado ao desaparecimento, a educação voltada a estas populações também estaria. (SANTOS, 2013)

Em 1980, houve uma reviravolta bastante significativa, quando a Ditadura teve sua derrota a crise econômica e políticas internas se instalaram, os movimentos de massa conseguiram se reorganizar, ocorrendo assim, a criação de organizações de massa no campo e na cidade, se fortalecendo nas lutas pela terra e na educação dos trabalhadores dela. E, consequentemente, o Brasil dava início às lutas sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a organização dos povos indígenas, o novo movimento operário, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A ampliação do processo histórico e político da Educação do Campo aconteceu em 1997, quando foram colocados em pauta problemas da educação dos trabalhadores do campo, no Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária do MST. Esse evento deu origem a Articulação por uma Educação Básica do Campo e logo após, ao Movimento por uma Educação do Campo.

Já no ano de 1998, ocorreu em Goiás, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, onde foram debatidos inúmeros temas em cinco dias, em que foi construído um texto resumindo muitas opiniões acerca das relações públicas, intervenções e suas metas para a Educação do Campo como semente para um inovador propósito de desenvolvimento para o País.

A II Conferência Nacional por uma Educação do Campo em 2004, evidenciou a orientação de implementação de uma Licenciatura em Educação do Campo (LEC), baseando-se na gestão dos processos educativos e na docência por áreas específicas de conhecimento.

É essencial que as especificidades da Educação do Campo sejam de fato respeitadas e valorizadas por meio de suas práticas como processo histórico e emancipatório, considerando a cultura, as características e a permanência daqueles que vivem e querem continuar vivendo no campo garantindo e assegurando-lhes politicas públicas eficazes. Segundo Caldart, é possível contribuir para tal, pois:

a realidade que produz a Educação do campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e uma educação que seja no e do campo [...] (2012, p. 259).

As legislações conquistadas por intermédio dos movimentos sociais do campo dispõem desde as disputas necessárias no governo nas esferas federal, estadual e municipal, quanto aos avanços e retrocessos, já que as leis são importantes para que se possa cobrar o direito à educação do campesinato, mas, ainda é ineficiente para garanti-la. Pois, só as lutas conjuntas dos povos do campo e seus parceiros farão que essas leis se cumpram de fato, com a efetivação da proposta de escola do campo e suas especificidades, com atuação docente significativa e diretrizes direcionadas ao fazer pedagógico, com formação inicial e continuada apropriada aos povos do campo, a luta campesina por educação emancipatória e de qualidade terá grandes resultados.

**3.** **Marcos Normativos**: **a regulamentação da Educação do Campo**

A regulamentação da Educação do Campo surgiu através de documentos direcionados à educação campesina com aspectos legais importantes para garantir que a educação tornasse um direito fundamental na luta pela elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação do campo.

De acordo com as bases legais referentes à Educação do Campo e suas politicas públicas é necessário fazer referência aos principais documentos construídos pelo Ministério de Educação com o intuito de atender as especificidades da educação campesina, expostos tabela 1 a seguir:

Quadro 1: **MARCOS NORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Legislação referente à Educação do Campo** | **Assunto** |
| PARECER CNE/CEB N. 36 DE 4 DEZEMBRO DE 2001. | Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. |
| RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. | Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. |
| PARECER CNE/CEB Nº: 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006. | Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). |
| PARECER CNE/CEB N.3, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008. | Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. |
| RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. | Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. |
| LEI N° 11.947, DE 16 DE JUNHO 2009. | Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273 de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de junho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8. 913, de 12 de junho de 1994; e dá outras providências. |
| DECRETO 6755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009. | Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. |
| DECRETO 7352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. | Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. |

Fontes: BRASIL, 2012.

Os referidos documentos no quadro acima ressaltam as contribuições que os “Marcos Normativos” da Educação do Campo infere aos princípios dos povos do campo, com melhorias para vida do campesinato. Conforme o **Parecer CNE/CEB nº. 36/2001**, que identifica o campo não apenas como uma área rural, mas também, um lugar de “possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”, a Educação do Campo ganhou visibilidade. Pois, o presente parecer propõe medidas de adequação da escola à vida do campo, espera-se, além disso, atender as demandas da sociedade com subsídios que contemplem a diversidade com o desenvolvimento de propostas pedagógicas adequadas a vida no campo.

As melhorias na Educação para o povo do campo continuou com a **Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002**, que promulgou as Diretrizes Operacionais na Educação do Campo para a Educação Básica. O conceito de identidade dessas escolas aparece em seu artigo 2º, parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

Com a resolução de 2002, amparada pela Lei nº 9.394/96 em seus artigos 23, 26 e 28, o campo passa a ser visto em seus diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, como um espaço permeado por especificidades, tais como: características peculiares, interinidade, sabedoria e recordações conjuntas. Um avanço bastante significativo para a ressignificação do sujeito do campo na luta pela descentralização do modelo urbano de educação. A vinculação às questões inerentes à realidade do campesinato traz a identidade para a Educação do campo, autonomia na elaboração das propostas pedagógicas e formação permanente dos docentes, através de politicas públicas de formação inicial e continuada.

Tão importante quanto os outros pareceres, resoluções e decretos, o **Parecer CNE/CEB nº 01/2006,** dá ênfase na aprendizagem escolar articulada com módulos definidos no âmbito familiar e comunitário, o referido parecer destaca as experiências e características da Pedagogia da Alternância, “pois a Educação do Campo é assunto estratégico para o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural e a Pedagogia da Alternância vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica, neste contexto, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas – família, comunidade e escola” (BRASIL, 2012, p.39).

Para prosseguir com a regulamentação da Educação do Campo, o **Parecer CNE/CEB nº 03/2008 - reexame do parecer CNB/ CEB n° 23/2007**, baseia – se nas orientações para o atendimento e consolidação de políticas públicas da Educação do Campo, ressaltando também o aperfeiçoamento do conceito desta modalidade de ensino.

Destacando outro aspecto importante para a Educação do Campo, a **Resolução Nº 2/2008** vem para afirmar o reconhecimento às especificidades do campo, estabelecendo “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo” (BRASIL., 2012, P.53). São relatadas na referida resolução questões referentes a responsabilidades dos órgãos Federais, Estaduais, pelo Distrito Federal e município ao atendimento à Educação do Campo. A resolução pontua ainda, a diversidade dos povos do campo, seus valores e sua cultura, referente à forma como é ofertado o ensino para comunidade, o funcionamento, o transporte (em relação ao deslocamento intra – campo dos educandos), a infraestrutura, a Educação Profissional Técnica e a Educação de Jovens e Adultos, entre outras questões.

Em seguida a **Lei Nº: 11.947/2009,** dispõe o incentivo à produção alimentícia pela agricultura familiar local, na aderência de alimentos diversificados, ofertando refeições saudáveis que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.

A Educação do Campo é evidenciada com o **Decreto 6.755/2009,** queinstitui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, regulamenta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior - CAPES no desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada.

A regularização da Educação do Campo e de seus princípios aconteceu com o **Decreto 7.352/2010,** que ressalta a política da Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (que contará com representantes da sociedade civil e do governo federal formando uma Comissão Nacional para orientar, acompanhar e avaliar as ações político – pedagógicas na viabilização de cursos do programa).

**4. Formação Docente: a ressignificação das escolas do campo**

Entender o docente como parte essencial no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para uma educação de qualidade e emancipatória, nesse sentido é necessário perceber que, “[...] a necessidade de professor reflexivo, com uma profissionalização pautada na formação reflexiva e pela competência de reconhecer e ser sensível ao cotidiano, de trabalhar as situações atuais, de refletir sobre sua própria prática”. Os saberes surgem de um “saber-fazer” pedagógico, ou seja, a atuação do professor exige “conhecimento na ação”, “reflexão na ação” e “reflexão sobre a ação” (D’AGOSTINI; TITTON, 2013. p. 162).

A formação docente não pode ser vista como uma obrigação, mas sim, como direito. Cabe ao docente também, perceber a sua importância e o quanto a formação inicial e continuada é essencial para prepará-los, para interagir e adaptar sua prática de acordo as necessidades dos alunos e as constantes mudanças que ocorrem durante o processo de ensino-aprendizagem. Para Freire (2003, p.152),

a concepção de formação docente “converge para uma educação que não seja reprise das já existentes. Mas, ainda assim, que permita a construção de um “modelo” que alicerce a sociedade, valendo-se das melhores alternativas de “ensinamentos”, inserindo nela os excluídos. Isso contribui para a consolidação de uma prática educativa que forme cidadãos críticos, reflexivos e conscientes do processo formativo”.

A formação docente é compreendida como um processo inacabado, em constante mudança e aprendizado, pois o educador é parte fundamental de um processo educativo significativo. Assim, de acordo com Veiga (2010, p.20):

A formação é ação contínua e progressiva. É permanente, constante, envolve várias instâncias e atribui um valor significativo para a prática pedagógica, para a experiência como componente construtivo da formação. A prática é ponto de partida e de chegada do processo de formação. Esse princípio implica também a necessidade existencial de uma relação entre formação inicial e continuada.

Compreendida como processo inacabado e contínuo, a formação docente deve primar para que o professor elabore seus saberes e não apenas os reproduza, a partir da constante reflexão da prática e na prática, recorrendo aos conhecimentos teóricos, pois eles precedem a atuação. Assim, teoria e prática são elementos indissociáveis que devem permear todos os processos formativos da docência.

Mas, somente a formação inicial não possibilita ao educador ampliar e reconstruir sua prática no dia a dia, é importante participar de uma formação continuada que atenda às especificidades da comunidade em que está inserido. Assim a formação deve ser disponibilizada ao docente como parte indispensável ao processo educativo e emancipatório, que o possibilite construir, descontruir e reconstruir seus saberes ao refazer sua prática, viabilizando ao educando o pensar, o criar, o refletir, intervindo e contribuindo de forma significativa para uma vida digna em sociedade ao participar e transformar seu lugar de origem ou de convívio em um local propício ao desenvolvimento.

De acordo com a ideia de Nóvoa (2009, p. 42), é “através dos movimentos pedagógicos ou das comunidades de prática, reforça-se um sentimento de pertença e de identidade profissional que é essencial para que os professores se apropriem dos processos de mudança e os transformem em práticas concretas de intervenção. É esta reflexão coletiva que dá sentido ao desenvolvimento profissional dos professores”.

Tendo em vista a importância significativa que a formação inicial e continuada traz ao processo de aprendizagem, é perceptível e indispensável que a formação docente seja contínua, pois, como o sujeito está em constante mudança é necessário transformar seu trabalho, inovando, reelaborando sua prática, contextualizando e atualizando de acordo as experiências vividas pelos alunos do campo.

A Educação do Campo vive uma negação de direitos em sua prática, ao ser oferecido em espaço urbano com um modelo centrado em escolas da cidade. É negado ao sujeito do campo sua participação no processo de aprendizagem, quando os docentes não são comtemplados com formações que atendam às especificidades do campo; vivenciam esse processo muito complexo e distante da realidade das pessoas campesinas, desvalorizando-os e sujeitando-os a saberes urbanizados que não são significativos para a vida do camponês. Nessa direção, Arroyo (2004, p.79) salienta que,

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado.

A Educação do Campo precisa atender às especificidades do campo para contribuir de forma significativa para formação das pessoas que vivem e querem permanecer no campo, uma escola capaz de favorecer a construção de aspectos políticos, sociais e culturais, capaz de estabelecer um vínculo entre os saberes teóricos e os saberes da população do campo, para que estes, quando entrelaçados, tenham significado tanto dentro como fora da escola.

Nesse contexto, a precariedade na condição de vida do homem do campo e a desvalorização desses sujeitos faz com que muitas pessoas deixem o campo e vá para cidade, se expondo a uma realidade totalmente inversa do esperado. O processo de urbanização faz o camponês e a camponesa acreditarem que a vida no campo não é importante e os motivam a deixarem suas raízes de lado agregando a eles valores urbanos.

Para Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), “a discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir. Com esse conjunto é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção”.

Nessa direção, a formação para os docentes que lecionam na educação do campo deve visar por uma prática libertadora, emancipatória, à medida que traz em seu bojo a luta de seu povo, a sua cultura, as suas memórias. Deve reconhecer o campo como lugar de vida, de produção, como um projeto de desenvolvimento. A pretensão é que a escola do campo seja um local onde se promova o vínculo entre o ensino e o trabalho e se discuta os conhecimentos relacionados ao trabalho com a terra, aproximando, da escola, as discussões sobre as questões que geram a exclusão de direitos (ALENCAR, 2010).

As escolas do campo devem respeitar e valorizar a maneira de pensar e viver de suas comunidades, elas devem ser significativas no processo educacional, sendo voltadas para preservar e ampliar a identidade das pessoas que vivem no campo. É ideal que essas escolas estejam localizadas no campo, com currículo, estrutura e formação docente voltada para atender às reais necessidades dos alunos do campo.

**4.1. A Formação Docente no Plano Municipal de Educação de Guanambi**

Para atender às exigências da legislação, o Plano Municipal de Educação Guanambi – BA (PME), Lei Nº 951, de 17 de junho de 2015, aborda o processo de alteração que aconteceu em 2014, nos meses de julho até dezembro, e para tal houve a participação da comunidade em geral com o propósito de adequá-lo às novas leis, definindo políticas para o decênio 2015/2025. Amparado pela Constituição Federal (1988) e pelo Plano Nacional de Educação, o PME foi construído para suprir as demandas educacionais do município visando atender à realidade local.

Documento essencial na transformação da sociedade e indispensável para se alcançar uma educação emancipatória e de qualidade, pois tem a participação da sociedade em geral em sua construção. Uma das professoras entrevistadas ao ser provocada sobre o PME e sua importância destaca que:

O Plano Municipal de Educação destaca alguns pontos, sendo um deles que a Educação do campo se baseia na transformação do conhecimento para a mudança local e a apropriação. (P1, entrevista, 2018)

Para uma melhor compreensão dos processos formativos para docentes, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Guanambi, foi essencial conhecer as diretrizes, estratégias e metas afirmadas no Plano Municipal de Educação de Guanambi que visam a qualidade para a educação básica do município. O PME de Guanambi garante que um de seus principais objetivos, é promover formação inicial e continuada para alcançar uma educação de qualidade. E também assegura o aperfeiçoamento contínuo, como: mestrado e doutorado como “política urgente e necessária”, explícitos em algumas diretrizes, metas e estratégias do PME:

Quadro 2: **Diretriz, metas e principais estratégias para a formação docente – PME 2015/2015**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Diretriz** | **XIV**. Formação Continuada dos profissionais de Educação, compatível com a sua área de atuação. | |
| **Metas** | **Descrição** | **Estratégias** |
| 18 | Elevar gradualmente, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o número de cursos de extensão e treinamento educacionais para professores e alunos da rede pública em parceria com as instituições de nível superior. | **18.1**. Ofertar cursos de extensão, para atender ás necessidades de educação continuada, incentivando as Instituições de Ensino Superior presentes no município a criarem e consolidarem pós-graduação de acordo com as necessidades regionais;  **18.2.** Incentivar a articulação das universidades com demais níveis de ensino, a fim de que elas contribuam para a melhor qualificação do corpo docente do ensino público das redes estadual e municipal. Essa articulação permitirá a constante atualização dos currículos em relação à realidade do nosso município e ao desenvolvimento de pesquisas sobre os temas que se fizerem mais necessários; |
| 19 | Universalizar, até o 2º ano de vigência desse plano, formação inicial e continuada para todos os profissionais do Magistério e da educação; | **19.1.** Realizar parcerias com Universidades, Faculdades e Institutos de educação superior, governos estadual e federal, priorizando os servidores efetivos;  **19.2**. Instituir, através de lei, bolsa/ auxílio ao Profissional do Magistério e da Educação que se deslocarem para outros centros, fora do âmbito municipal para realização da formação;  **19.3.** Garantir substituto para o Profissional da Educação e do Magistério que se ausentar para a formação;  **19.4.** Garantir que os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;    **19.5.** Incentivar e garantir gradualmente o número de matrículas dos profissionais do magistério nos cursos de mestrado e doutorado em educação, recomendado pela CAPES; |

Fonte: PME 2015/2025.

É possível perceber que as duas metas, e as sete estratégias mencionadas no quadro acima não referem - se à formação docente para Educação do Campo, um prejuízo incalculável para a educação no Município de Guanambi, já que a situação das escolas do campo ainda é crítica, porque seguem um modelo de educação urbanizada.

De acordo com a política de formação de professores estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394/96 – LDB, a formação do educador precisa estar fundamentada em uma educação que atenda aos critérios básicos estabelecidos por lei, sendo indispensável para atuar na educação básica, nível superior como formação mínima. É obrigação do município, com a colaboração da União, o Distrito Federal e os Estados, disponibilizar formação inicial e continuada para a capacitação desses profissionais, garantindo que as mesmas aconteçam no local de trabalho ou em instituições de educação que ofereçam aos docentes, curso de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Ficou evidente que o município de Guanambi percebeu o quanto é indispensável investir e colocar em prática políticas voltadas para o processo formativo dos educadores possibilitando um melhor desempenho de seu papel ao entender, valorizar e respeitar a realidade dos alunos e o quanto isso será significativo e crucial ao desenvolvimento do município ao atender as necessidades da educação, deixando claro a importância e necessidade de buscar a qualidade da educação, e para tal firmou o compromisso juntamente com a sociedade para que os objetivos traçados no Plano Municipal de Educação sejam alcançados, assegurando formação profissional inicial, continuada, já que foi mencionado no mesmo, que a negação desses direitos impossibilitaria alcançar uma educação de qualidade.

Mas, é preciso preparar os docentes para atuarem com os alunos do campo que estudam em espaço urbano, como é a realidade do município de Guanambi, já que as escolas da zona rural foram extintas (DECRETO N° 334, DE 19 DE MARÇO DE 2007, dispõe seu Art. 1°. Ficam extintas as escolas municipais localizadas na zona rural de Guanambi). Desde então a Educação do Campo de Guanambi foi transferida para a zona urbana, ainda é notório um descaso do poder público com os campesinos que são desrespeitados e desvalorizados por terem acesso a um ensino urbanizado que não atende às especificidades do campo, pois as metas referentes ao PME sobre formação docente não apontam um direcionamento para Educação do campo ou para formação dos professores que atuam com essa modalidade. De certo modo esses professores tornam-se invisibilizados, por não terem formação docente apropriada.

Para mudar a situação da Educação do Campo na rede municipal de ensino de Guanambi é preciso um olhar voltado para o campo e suas especificidades, existem alternativas favoráveis à educação dos campesinos como: os programas nacionais oriundos das organizações e movimentos do campo, que reconhece e defende a necessidade de formação inicial para educadores (as) que atuam com alunos do campo, como o **PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo**, criado em 2007 com iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, surge por meio do Ministério da Educação, através de parcerias com Instituições Públicas de Ensino Superior com o objetivo de disponibilizar cursos de Licenciatura em Educação do Campo para que a formação de educadores (as) por área de conhecimento para atuação na educação básica em escolas do campo.

Outro programa relevante para contribuir na efetivação de políticas públicas eficazes para a Educação do Campo é o **PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo,** criado em 1° de fevereiro de 2013 pelo Decreto n° 7.352/ Portaria n° 86, lançado em março de 2012, com o intuito de oferecer apoio técnico e financeiro para a efetivação de políticas públicas voltadas para o campo.

**4.2. Formação Docente no Município de Guanambi: como e quando acontece**

Para que a discussão discorresse no contexto real da educação no município de Guanambi, mais precisamente para conhecer como se desenvolve a formação de professores na rede pública do Ensino Fundamental I, tornou-se imprescindível, a participação de docentes que atuam no município referido em salas de aula que atendam alunos do campo nesta etapa da educação básica. Buscando assim, compreender como e quando a Secretaria de Educação de Guanambi oferece a esses (as) professores (as) formação continuada para atuarem com alunos do campo.

A observação dos dados do Plano Municipal de Educação permitiu comparar as falas das professoras com o que PME define. Pois, segundo o Plano Municipal de Educação de Guanambi o acompanhamento pedagógico do município acontece no Centro de Treinamento Pedagógico (CETEP), sendo oferecida formação continuada para professores, coordenadores, diretores e demais profissionais da educação.

Segundo o PME e o relato das professoras entrevistadas o planejamento realizado é dividido em dois momentos: o primeiro é a Jornada Pedagógica, um encontro coletivo realizado no início do ano letivo. O segundo momento é nas escolas, onde diretores, coordenadores e professores são reunidos para elaborarem a rotina de trabalho atendendo as especificidades da escola.

A Secretaria de Educação do município ainda em parceria com o MEC conforme orientações no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) realizam também encontros formativos semanalmente para docentes que atuam com o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I. Esta formação acontece em consonância com o Plano Municipal de Educação, conforme asseveram as professoras nas seguintes falas:

É oferecido o PNAIC para os docentes de 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental I e estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular. (P1, entrevista, 2018)

No presente momento está sendo oferecida a formação do PNAIC, como também uma formação continuada ministrada por professores da UNEB, de início nessa última formação estamos realizando estudos sobre a nova BNCC. (P2, entrevista, 2018)

O Plano Municipal de Educação de Guanambi não aponta metas e diretrizes para a formação docente direcionadas para a Educação do Campo, é necessário e urgente a construção de diretrizes, metas e estratégias voltadas para formação de docentes que lecionam para alunos do campo, já que o PME não apresenta de forma objetiva uma formação docente que respeite e valorize as especificidades do campo, são momentos pontuais, apesar de ter um número expressivo de alunos do campo que são atendidos nesta rede de ensino, a formação não dá visibilidade a esses sujeitos, como ficou firmada nas falas das professoras colaboradoras da pesquisa sobre formação que a Secretaria Municipal de Educação dispõe,

A Secretaria de Educação oferece cursos, mas não são voltados diretamente para docentes que atuam com alunos do campo. (P1, entrevista, 2018)

Formação continuada para professores que atuam com alunos do campo, acredito que a Secretaria do referido município não ofereça, é disponibilizado apenas grupos de estudos que não são frequentes ou palestras nas jornadas pedagógicas que abordem o tema em destaque. Não participo e nem participei de formações em Educação do Campo. (P2, entrevista, 2018)

As comunidades rurais ainda são desafiadas na busca de valorização e significação do seu jeito de vida. Mesmo amparados pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, pareceres, resoluções e diretrizes, ainda é evidente o afastamento entre o que está definido e o que é vivido.

É evidente o quanto o conhecimento teórico adquirido nos momentos formativos respalda o docente durante sua prática, ao reconhecer a força que seu conhecimento foi adquirindo durante seu percurso de formação, a qual é indispensável sua continuidade para produzir seus saberes e estabelecer relação com os variados saberes. Nessa mesma perspectiva, Pimenta (2005, p.24) afirma que:

O saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análises para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprio como profissionais.

As professoras participantes da pesquisa deixam claro a importância de uma formação continuada para lecionarem para alunos do campo, partindo das experiências, realidade e necessidades deles, ao conceituarem a Educação do Campo, destacam:

A Educação do Campo é voltada para os conhecimentos do local e seus recursos para a sobrevivência no campo. (P1, entrevista, 2018)

Esse tipo de educação é oferecida para a população que habita em espaços rurais, o currículo escolar campesino deve levar em consideração a realidade de cada lugar, suas características ambientais, sociais, entre outras. (P2, entrevista, 2018)

Logo é perceptível que o educador constrói seus saberes em intuições de ensino e com a experiência adquirida no cotidiano, frisando assim, a importância e necessidade que se faz presente para a vida profissional dos docentes tanto a formação inicial, continuada e a formação adquirida na prática. Como ficou evidente nas falas das docentes entrevistadas ao ressaltarem sua opinião sobre formação docente, a seguir:

Formação docente é o aperfeiçoamento do profissional nos conhecimentos evoluindo nos conceitos adquiridos e renovando e adaptando-os as mudanças sociais. (P1, entrevista, 2018)

Sabemos que a educação está em constante evolução, são mudanças propostas nas leis, como também nas práticas diárias em sala de aula, diante desse cenário que se transforma e se renova a formação docente continuada em meu ponto de vista é imprescindível, pois através da mesma o educador poderá adquirir novos conhecimentos e ao mesmo passo refletir sobre suas práticas. (P2, entrevista, 2018)

É notório, nesse sentido, a importância da formação inicial e continuada de professores na Educação do Campo que os redefina como sujeitos políticos, dando oportunidade a se constituírem como agentes históricos, construtores de sua realidade, que necessitam de visibilidade, respeito e uma formação que atenda às especificidades do campo. É indispensável que a formação de docentes que lecionam para alunos do campo, busque em suas ações pedagógicas uma articulação entre o conhecimento cientifico e a realidade do campo, pois o povo que luta pela terra e pela educação necessita de adequação ao seu modo de vida, de produção e de conhecimento coerentes com o processo formativo das escolas do campo.

**5. Considerações finais**

É perceptível que a Secretaria de Educação disponibiliza formação continuada para os docentes da rede pública de ensino em Guanambi, entretanto a mesma não contempla os docentes que atuam com alunos do campo.

Uma formação adequada para educadores (as) do Campo ou que atuam com alunos do campo, em que os docentes sejam e façam parte é indispensável para o desenvolvimento do município, uma formação para dar sentido e atender às necessidades das comunidades do campo deve fazer parte desse cenário, afirmado pela lei e pelo anseio dos que vivem e querem permanecer no campo.

A Secretaria Municipal de Educação de Guanambi-Bahia tem um grande desafio de sobrepor à lógica urbanizada que intervém de forma negativa a construção da identidade dos alunos do campo, por frequentarem escolas em espaço urbano, metodologias, formações e currículos produzidos por pessoas e para pessoas que vivem na cidade, em discordância com o que propõe os normativos legais sobre a Educação do Campo.

Além de mudanças no currículo e na metodologia, é necessária e indispensável formação de docentes que atuam com alunos do Campo, oferecida pela Secretaria de Educação de Guanambi, com a finalidade de ampliar e dar significado à sua prática para atender às especificidades dos alunos do campo, respeitando e valorizando a identidade daqueles que vivem no campo.

Comungando do pensamento de Imbernón (2010, p. 40), que “a solução não está apenas em aproximar a formação dos professores e do contexto, mas, sim, em potencializar uma nova cultura formadora, que gere novos processos na teoria e na prática da formação, introduzindo-nos em novas perspectivas e metodologias. Como, por exemplo, as relações entre professores, seus processos emocionais e atitudinais”. É atenuante e necessário entender o docente como condutor de sua prática, construindo vários saberes, e lógico, o conhecimento acadêmico construído durante sua formação deve ser aplicado em sua atuação juntamente com conhecimentos adquiridos na sua prática que perpassam por um constante processo de reflexão acerca do fazer docente.

É importante ressaltar o quanto os programas nacionais PROCAMPO e PRONACAMPO estão sendo utilizados em todas as regiões brasileiras e o quanto vem contribuindo para a conquista das Diretrizes Operacionais pelos povos do campo, pois é um marco legalizado e crucial na ressignificação da identidade da escola do campo sendo definida e utilizada por quem nela permanece e dela necessita. O redirecionamento e valorização dos saberes do campo serão possíveis quando houver de fato efetivação de politicas públicas que favoreçam a permanência dos que vivem lá.

**Referências:**

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos de. **Educação Do Campo e a Formação de Professores: Construção De Uma Política Educacional Para O Campo Brasileiro.** Recife, v.34, n. 2, Ci. & Tróp, 2010. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/> article/download/868/589. Acesso em: 25/04/2018.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por Uma Educação do Campo.** 2 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. (1996). **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da educação. secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/ secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão**- Brasília: SECADI, 2012.

\_\_\_\_\_\_. (2001). **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, de 4 de dezembro de 2001. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf.

Acesso em: 27 abr. 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

CUNHA, Maria Isabel da. **Lugares de formação: tensões entre a academia e o trabalho docente.** In: DALBEN, Ângela; Diniz, Júlio; LEAL; et.al.(orgs). **Convergências e tensões no campo da formação e trabalho docente:** didática, formação de professores, trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

D’AGOSTINI, Adriana & TITTON, Mauro. **Formação de professores e prática pedagógica: Desafios e perspectivas para uma educação emancipadora.** In: SANTOS, Cláudio Félix dos (org). Crítica ao esvaziamento da educação escolar. Salvador: EDUNEB, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.152.

GUANAMBI. **Decreto nº 334/07, de 19 de março de 2007**. Extingue escolas municipais localizadas na zona rural de Guanambi. Publicado em 19 de março de 2007, p.1.

GUANAMBI**. Lei do Plano Municipal de Educação.** Lei nº 951 de 17 de junho de 2015. Guanambi-BA, 17 jun. 2015.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. Porto Alegre:

Artmed, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna & ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel**. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o pronera e o procampo.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2,p.220-253,jul./dez.2014. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index. Acesso em 27 de maio de 2018;

NÓVOA, Antônio. Professores Imagens do futuro presente*.* Lisboa: EDUCA, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **O professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Cláudio Félix dos. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo. Campinas,** SP: Autores Associados; Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa Documenta**l: pistas teóricas e metodológicas.Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com). Acesso em: 25/04/2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edilleuza Fernandes Da. **A escola mudou. Que mude a formação de professores.** Campinas, SP:Papirus, 2010.

**Apêndice A:**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GUANAMBI- CAMPUS XII**

**PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente informado (a) sobre a pesquisa em andamento intitulada FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO DO NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI: ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO, realizada por Lidiara Ramos da Silva, aluna de Pós-Graduação em Educação do Campo (UNEB). Declaro, também, ter aceitado participar deste trabalho respondendo às questões formuladas pela pesquisadora, estando ciente que a mesma será gravada, ficando o material em poder da pesquisadora, tendo em vista a realização do referido estudo.

Tenho a ciência que minha participação é livre e espontânea podendo interrompê-la a qualquer momento que desejar e que as informações obtidas não serão identificadas nominalmente destinando-se, exclusivamente, a realização deste estudo.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018.

*(cidade)*

|  |
| --- |
|  |

ASSINATURA DO/DA PARTICIPANTE

**Apêndice B:**

Roteiro da entrevista

1. A Secretaria Municipal de Educação de Guanambi disponibiliza formação continuada especifica para docentes que atuam com alunos do campo?
2. Que formação docente é oferecida pela Secretaria de Educação em Guanambi?
3. Local onde é oferecida essa formação?
4. Essa formação é disponível anualmente, mensalmente ou semanalmente?
5. Você já participou ou participa de alguma formação em Educação do Campo? Qual?
6. Você conhece o que o Plano Municipal de Educação destaca sobre a Educação do Campo?
7. Qual a sua concepção de Educação do Campo?
8. Qual sua concepção de formação continuada?
9. Deseja fazer alguma colocação ou observação sobre a Formação Docente para a Educação do/no Campo que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores?